



## BOLETIM DO ÍNDICE DO CUSTO DE VIDA DE SANTA MARIA (ICVSM)

Nº 67 – Dezembro de 2011

(versão preliminar)

### EQUIPE TÉCNICA:

*Professores: José Maria Dias Pereira (Coordenador Geral), Valduino Estefanel (Coordenador de Estatística), Reisoli Bender Filho, Mateus Sangoi Frozza e Rafael Pentiado Poerschke (Analistas Econômicos).*

*Acadêmicos: Ana Paula Buhse, Daiane Santos Machado, Gabriela Moro de Carvalho, Leila Paula Somavilla, Richard Rodrigues Kaizer dos Santos, Taiane Dalla Porta e Taís Lahutte Seeger (Pesquisadores/Bolsitas PRPGPE).*

### EVOLUÇÃO DO CUSTO DE VIDA EM SANTA MARIA EM NOVEMBRO DE 2011

O Índice de Custo de Vida de Santa Maria (ICVSM) apresentou uma variação positiva de +0,31% no mês de novembro de 2011. Considerando-se os onze primeiros meses do ano, a inflação acumulada na cidade é de +7,17%. Observando o horizonte dos últimos 12 meses, o aumento acumulado dos preços foi de +8,84%.

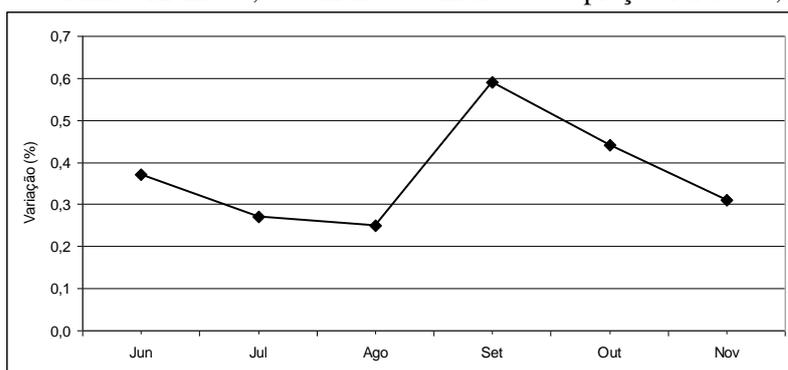


Figura 1. Variação percentual mensal do Índice do Custo de Vida de Santa Maria, RS (ICVSM) nos últimos seis meses.

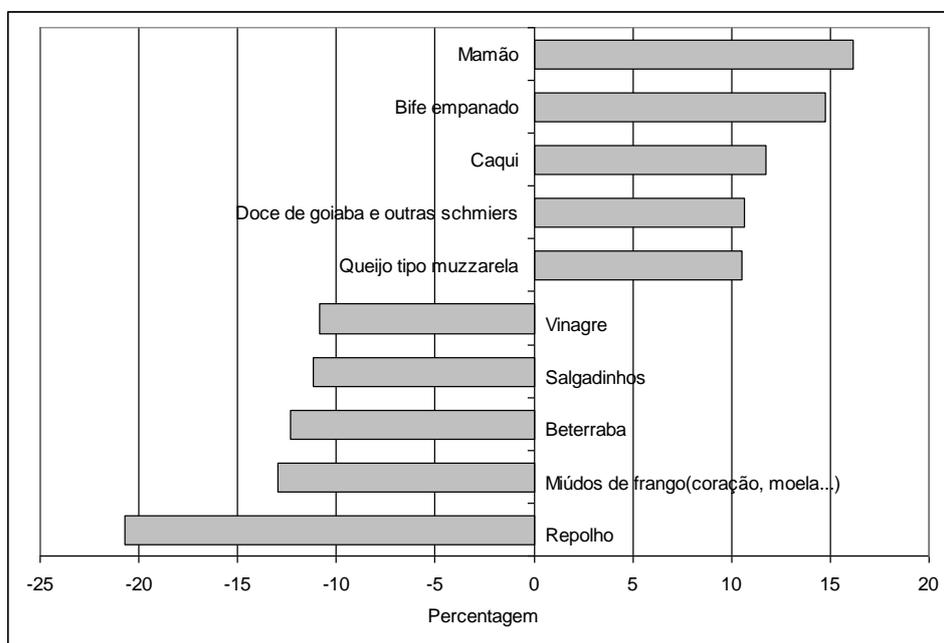
Tabela 1. Variação e contribuição do Índice do Custo de Vida de Santa Maria (ICVSM) em NOVEMBRO de 2011 (base: dezembro de 2005)\*.

Grupo	Peso (%)	Índice		Variação no mês (%)	Contribuição no mês (%)	Variação em 2011 (%)	Variação em 12 meses (%)
		Outubro	Novembro				
1) Alimentação	25,12	167,05	167,67	0,37	0,11	6,86	10,78
2) Habitação	26,07	137,11	138,07	0,70	0,18	7,96	8,07
3) Artigos residência	3,03	104,64	104,04	-0,57	-0,01	7,47	9,29
4) Vestuário	5,26	152,74	152,71	-0,02	0,00	12,54	14,36
5) Transporte	16,21	121,47	121,43	-0,03	0,00	3,23	3,39
6) Saúde e Cuidados	7,32	134,14	134,79	0,49	0,03	10,10	8,22
7) Despesas pessoais	5,75	156,63	156,99	0,23	0,01	4,16	9,12
8) Educação	2,90	143,05	143,07	0,01	0,00	7,51	9,23
9) Comunicação	8,34	115,69	115,58	-0,10	-0,01	9,54	10,80
<b>Geral</b>	<b>100,0</b>	<b>141,23</b>	<b>141,67</b>	<b>0,31</b>	<b>0,31</b>	<b>7,17</b>	<b>8,84</b>

\*Valores sujeitos a retificações.

Dentre os grupos que compõem o ICVSM, o da **habitação** foi o que apresentou maior alta no mês (+0,7%) e contribuição relativa mais significativa para o resultado do índice geral. Esse aumento é decorrente, sobretudo, da elevação do preço das lâmpadas (+11,1%), detergente líquido (+9,3%) e sabão em barra (+7,5%). As maiores baixas foram observadas nos preços de desinfetante (-9,3%), lenha (-5,9%) e telhas (-5,4%). Com a chegada da primavera, a queda da demanda por lenha para aquecimento explica essa trajetória de retração no preço da lenha.

A **alimentação**, que tem um peso de aproximadamente um quarto no dispêndio mensal dos consumidores santa-marienses, subiu +0,37%. Os itens que mais aumentaram foram: mamão (+16,1%), bife empanado (+14,8%), caqui (11,8%) e o doce de goiabada (+10,6%). Já os preços do repolho (-20,7%), dos miúdos de frango (-13%), da beterraba (-12,3%) e dos salgadinho (-11,2%), foram os produtos que apresentaram as quedas mais significativas nesse grupo. Itens importantes como arroz (+2,4%) e feijão (-3%) mantiveram comportamento semelhante ao do mês anterior (outubro). No mercado da leguminosa, a elevação dos estoques do governo e a colheita no Brasil contribuíram para manter a trajetória de baixa moderada, que deve ser acentuada em dezembro e janeiro. Já o arroz, a estimativa de redução de área tem impactado positivamente nas expectativas do mercado pressionando os preços.

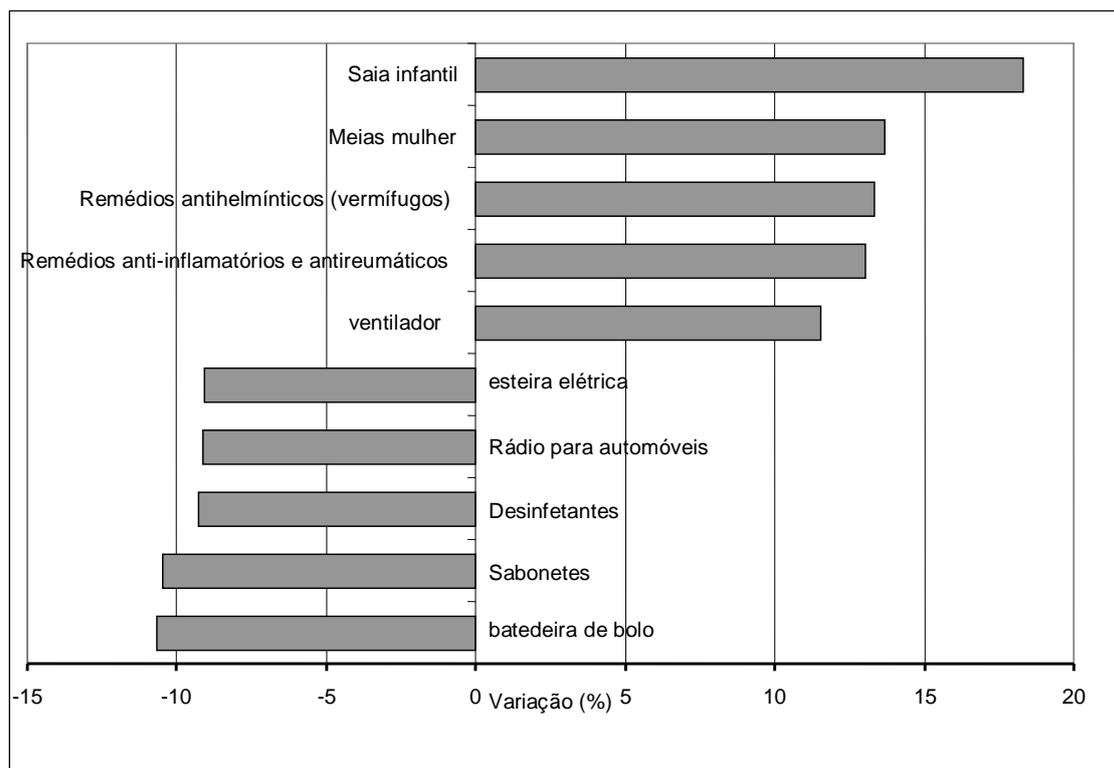


**Figura 2. Produtos alimentícios com maiores altas e baixas de preço em Santa Maria em novembro de 2011.**

O grupo **saúde e cuidados pessoais** registrou no mês de novembro, em média, um aumento de +0,49% nos preços nas farmácias pesquisadas. Contribuíram para esse resultado: a elevação no preço dos remédios anti-helmínticos (vermífugos, +13,3%), anti-inflamatórios (+13%) e analgésicos (+10,2%). De outro lado, foram registradas quedas no custo com aquisição de sabonete (-10,5%), talco (-7,8%) e remédios anti-infecciosos (-7,4%).

Os preços dos componentes do grupo **educação** mantiveram-se estáveis (+0,01%) em novembro, com pequena oscilação verificada nas taxas de documentos escolares (histórico, diploma, etc.) com (+2,7%). Somente a partir de janeiro é que são esperadas majorações de preços significativas no setor educacional.

**Artigos para residência** registrou a maior queda de preços entre os grupos pesquisados (-0,57%). Pode-se atribuir a esse resultado em decorrência da queda dos preços com a aquisição de batedeira de bolo (-10,7), aquisição de esteira elétrica (9,1%) e aquisição de cafeteira elétrica (-8,1%). De outro lado, verificou-se o aumento nos preços dos ventiladores (+11,5%), o que já é esperado nesta época com a chegada do calor.



**Figura 3. Produtos não alimentícios com maiores altas e baixas de preço em Santa Maria em novembro de 2011.**

Os preços das mercadorias que integram o grupo **vestuário**, em novembro, permaneceram, em média, praticamente iguais ao do mês anterior (com ligeira variação de -0,02%). A causa pode estar relacionada à queda do custo com matéria prima, pois o mercado atacadista e futuro de algodão passaram por um novembro de preços em queda. Os preços que mais aumentaram foram: saia infantil (+18,3%), terno de homens (+7,6%), bermuda e short mulher (+6,8%) e saia de mulher (+6,7%). Em contrapartida, baixaram de preço: blusa ou camisa infantil (-5,5%), calça comprida de homens (-5,3%) e vestido de mulher (-4,8%).

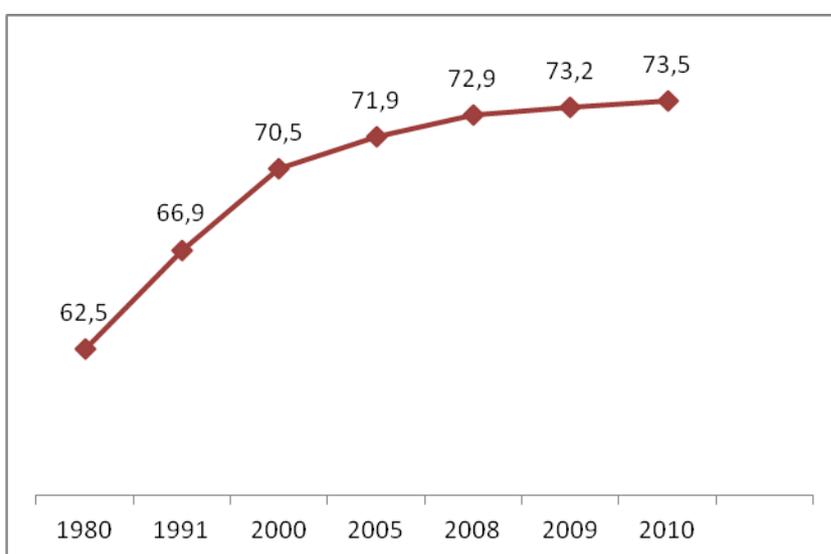
A análise do comportamento dos itens do grupo **comunicação** mostra pequena retração nos seus preços médios (-0,10%). O fator que mais colaborou para esta deflação foi a diminuição no preço médio dos aparelhos de telefone celular (-2,4%). Especula-se que esta queda nos preços dos celulares seja oriunda de inovações tecnológicas e novos modelos, o que ocasiona uma maior concorrência entre as empresas e menores preços praticados no mercado.

Finalmente, o grupo **transporte** registrou uma queda de -0,03% nos seus preços médios no mês de novembro. Os itens que mais concorreram para esse resultado foram o declínio nos preços do rádio para automóvel (-9,1%) e passagens de avião (-1,0%). Registre-se que, neste último caso, o menor preço é decorrência das promoções das companhias aéreas para diminuir os assentos vagos nesta época pré-férias.

## *Censo de 2010 e desigualdade social*

*Em 2010, o gigante adormecido parece ter despertado. Nunca, nos últimos 30 anos, o Brasil experimentou taxa de prosperidade econômica comparável. Sua riqueza, medida pelo Produto Interno Bruto (PIB), cresceu 7,5% no ano, passando a ocupar o 7º lugar no ranking das maiores economias do planeta. A distribuição dessa riqueza, porém, não avançou tanto. Essa é, pelo menos, a conclusão que se pode chegar a partir dos resultados preliminares do Censo realizado pelo IBGE naquele ano, recentemente divulgados.*

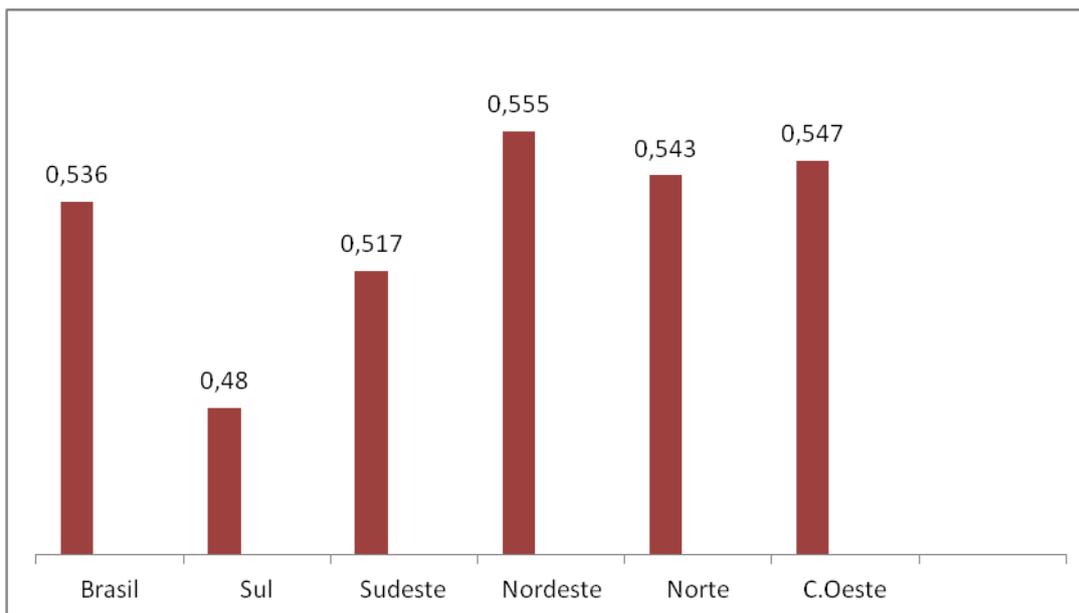
*Houve progresso social, claro, mas ainda bastante desigual entre as regiões ou entre as cidades menos populosas e mais populosas. Hoje, a expectativa de vida do brasileiro ao nascer aumentou em 11 anos, em comparação com a realidade de 30 anos atrás. Mas os habitantes das regiões sul e sudeste vivem mais do que aqueles que moram nas regiões nordeste e norte. Isso reflete uma enorme disparidade nas condições de vida – renda, educação, saúde e saneamento básico – entre as regiões brasileiras.*



**Figura 1 – Expectativa de vida ao nascer (1980-2010)**

Fonte: Censo 2010/IBGE

*Considerando o tamanho do seu PIB, o Brasil possui a renda mais concentrada do mundo. Passadas décadas, a desigualdade na distribuição da renda persiste como uma chaga incurável. Entra governo sai governo e não se percebe nenhum avanço significativo no sentido de diminuir a distância entre pobres e ricos no país. Embora a renda média “per capita” nos domicílios brasileiros fosse de R\$ 668,00 em 2010, 25% da população recebia até R\$ 188,00 e metade dos brasileiros recebia até R\$ 375,00, quantia inferior inclusive ao salário mínimo vigente naquele ano (R\$ 510,00). A disparidade de renda também pode ser observada entre o meio urbano e rural ou entre cidades menores e maiores. Enquanto cerca de metade da população em áreas urbanas recebia, em média, até R\$ 415,00, nas áreas rurais esse valor era de apenas R\$ 170,00. Nos municípios de até 50 mil habitantes, 75% da população recebia até um salário-mínimo; nos municípios com mais de 500 mil habitantes, metade da população ganhava até R\$ 503,00. Nestes últimos, o rendimento médio domiciliar “per capita”, de R\$ 991,00, era mais de duas vezes superior ao observado nos municípios menores.*



**Figura 2 – Índice de concentração de renda – índice de Gini\* – Brasil e regiões (2010)**

\* O Índice de Gini é um indicador de concentração de renda calculado a partir da Curva de Lorenz. Varia de 0 (nenhuma concentração) a 1 (concentração total).

Fonte: Censo 2010/IBGE

*Outra maneira de olhar a concentração da renda no país é através do índice de Gini (sobrenome do estatístico italiano que criou o índice). Esse índice é derivado da conhecida curva de Lorenz, representada por um gráfico que mostra no eixo horizontal as faixas de população acumulada e, no eixo vertical, o percentual de renda acumulada, cortado por uma linha diagonal no meio. Quanto mais a distribuição da renda se aproximar dessa reta, maior a igualdade (tende a zero). Quanto mais se afastar, maior a desigualdade (tende a 1). Em 2010, o índice de Gini calculado para o Brasil foi de 0,536 contra 0,543, em 2009. Ou seja, houve uma pequena melhora, porém o país ainda se encontra distante dos países desenvolvidos (na faixa entre 0,25 e 0,4). A região sul (0,48) tem a melhor distribuição de renda do Brasil, com destaque, entre os municípios, para Florianópolis, com o maior valor para a renda domiciliar “per capita” (R\$ 1.573,00), com metade da população recebendo até R\$ 900,00.*

*A tabela 1 mostra dados de rendimento, extraídos do Censo de 2010, para a cidade de Santa Maria. Comparativamente a outros municípios, a cidade apresenta um alto poder aquisitivo, visto que quase 10% da população ganha acima de cinco salários-mínimos. A classe média compreende algo como 16% da população, enquanto os pobres são a maioria (quase 40%), sendo que cerca de 3% podem ser enquadrados como miseráveis.*

**Tabela 1 – Pessoas de 10 anos ou mais, por classes de rendimento, em Santa Maria (RS), em 2010**

Classes de renda	Número de pessoas	Participação %
Até ½ salário-mínimo*	7.333	3,19
De ½ a 1 salário-mínimo	40.199	17,5
+ de 1 a 2 salários-mínimos	50.024	21,8
+ de 2 a 5 salários-mínimos	37.299	16,3
+ de 5 a 10 salários-mínimos	15.471	6,7
+ de 10 a 20 salários-mínimos	5.506	2,4
+ de 20 salários-mínimos	1.437	0,6
Sem rendimento**	72.176	31,5
<b>Total</b>	<b>229.445</b>	<b>100,0</b>

\* o salário-mínimo em 2010 era de R\$ 510,00. \*\* pessoas que recebem somente benefícios.

Fonte: Censo 2010/IBGE.

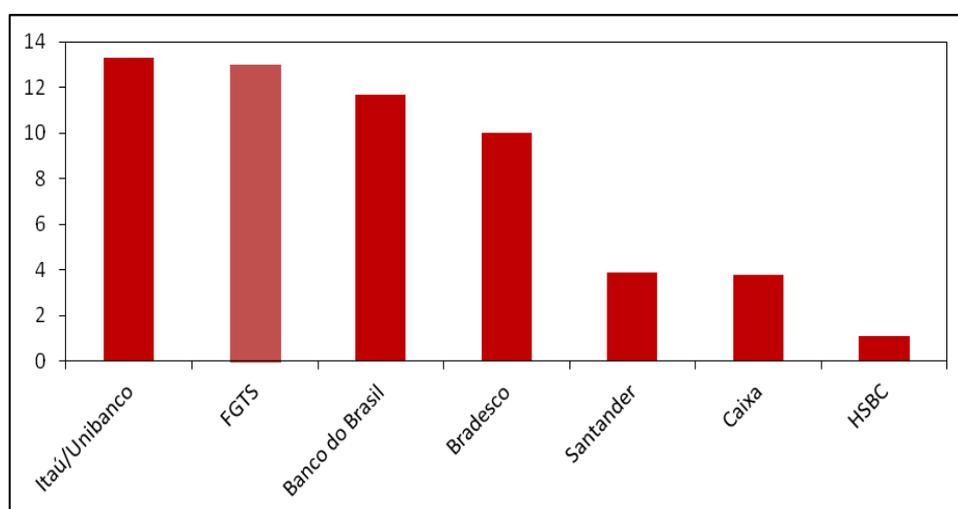
A taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade caiu de 13,6% (16,2 milhões de pessoas) em 2000 para 9,6% (13,9 milhões de pessoas) em 2010, sendo que 39,2% desse contingente eram idosos. A região Nordeste é a que tem o maior percentual de analfabetos (28%) e, nas cidades dessa região com até 50 mil habitantes, a proporção de analfabetismo entre os idosos ficou em torno de 60% em 2010. A desigualdade não é só entre regiões e faixa etária: é também por cor. A taxa de analfabetismo entre pretos (14,4%) e pardos (13%) é significativamente maior do que entre os brancos (5,9%). Aliás, o último Censo revela também que os integrantes dos dois primeiros grupos (pretos e pardos) já são a maioria entre os brasileiros, passando de 44,7% da população em 2000 para 50,7% em 2010.

## ESPECIAL

### **Quem lucra com o FGTS: o trabalhador ou o governo?**

O aumento no número de empregos formais nos últimos anos, associado a um cenário de recuperação econômica, tem permitido observar uma situação particular: o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) vem apresentado lucros cada vez mais acentuados nos últimos anos, superando até mesmo o resultado de algumas das principais instituições financeiras, conforme pode ser visto na Figura 1.

O FGTS foi instituído em 1966<sup>1</sup> e trata de um conjunto de recursos captados do setor privado (empregadores recolhem uma contribuição mensal de 8% sobre os salários) e administrados pela Caixa Econômica Federal (instituição que mantém as contas vinculadas dos trabalhadores). Sua principal finalidade é amparar os trabalhadores no caso de encerramento da relação de emprego sem justa causa, tendo sido instituído durante o regime militar como um substituto da estabilidade no emprego prevista na legislação trabalhista. Os recursos captados por esse fundo são usados para custear a construção de casas populares, projetos de infraestrutura e de saneamento básico.



**Figura 1. Lucro líquido do FGTS e de bancos comerciais em 2010, em R\$ bilhões.**

Fonte: Banco Central do Brasil, 2011.

Ao longo dos últimos oito anos, o FGTS acumula um lucro líquido superior a R\$ 25 bilhões. Em 2010, o fundo, depois de quitadas todas as despesas, atingiu lucro de R\$ 13,0 bilhões, ficando somente atrás do resultado do Itaú/Unibanco (R\$ 13,3 bilhões), porém à frente do Banco do Brasil (R\$ 11,7 bilhões) e da Caixa (R\$ 3,8 bilhões). Oficialmente, contudo, o

<sup>1</sup> Atualmente é regulado pela Lei n. 8.036/90 e pelo Decreto 99.684/90.

lucro líquido foi de R\$ 5,4 bilhões – 107% maior que o resultado do ano anterior. Essa diferença deve-se ao fato de o governo federal apropriar-se de uma parte expressiva das receitas do fundo para financiar a construção de casas populares do programa “Minha Casa Minha Vida”. Além dessa, outra parte do lucro, conforme mostra a Figura 2, foi destinado ao ajuste contábil referente à correção de planos econômicos que já foram pagos anteriormente aos trabalhadores, porém registrados em período recente.

Os lucros recentes do FGTS podem ser atribuídos, em parte, pelo crescimento do emprego formal (com carteira assinada), o que, por sua vez, implica em aumento na base de contribuições. Com a captação de recursos ampliada, maior é a parcela destinada para financiamentos habitacionais. Esse resultado tem tornado o FGTS a principal fonte de recursos do governo para a execução de políticas públicas. A outra parte do lucro é oriunda da aplicação do restante dos recursos em títulos públicos federais, os quais são corrigidos pela taxa de juros referência da economia, a Selic.

Em contrapartida à expansão dos lucros, o FGTS paga rendimentos inferiores aos legítimos proprietários dos recursos (os trabalhadores). Conforme previsto em lei, a conta vinculada do fundo do trabalhador recebe, no dia dez de cada mês, rendimentos e correção monetária similar àquela aplicada às contas de poupança, acrescido da taxa de juros de 3% ao ano. Enquanto, por um lado, os lucros gerados pelo FGTS tem sido uma fonte de expansão da receita do governo, que vem auferindo ganhos expressivos com a utilização dos recursos do fundo para investimento; por outro, para o trabalhador, a correção do FGTS não consegue nem mesmo acompanhar a inflação. Entre 2003 e 2010, o governo deixou de creditar nas contas dos trabalhadores aproximadamente R\$ 92 bilhões, valor correspondente a diferença entre a Taxa Referencial (TR), que corrige as contas do fundo, e o IPCA, índice oficial de inflação.

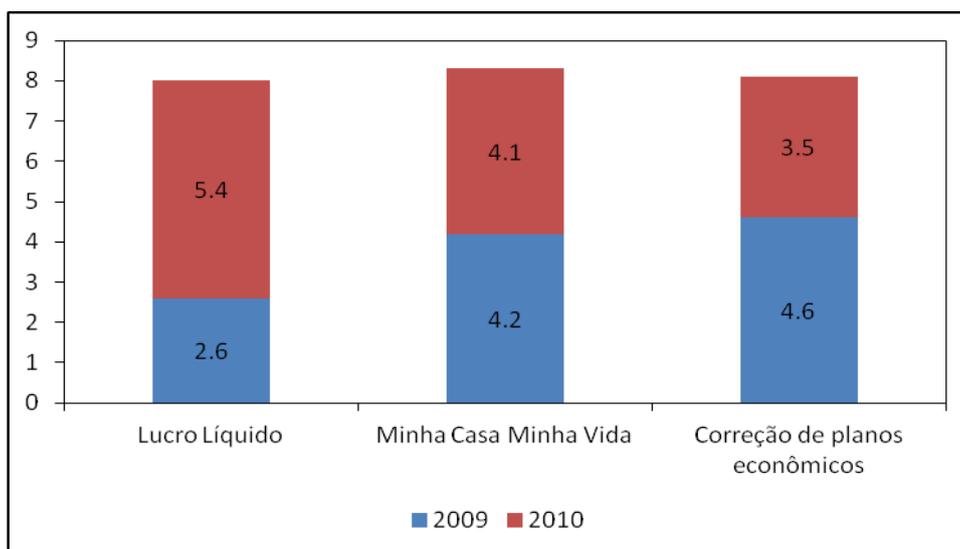


Figura 2. Divisão do lucro do FGTS em 2009 e 2010, em R\$ bilhões.

Fonte: Banco Central do Brasil, 2011.

Uma maneira de reduzir essa diferença seria o governo distribuir os resultados do fundo (lucros) entre os trabalhadores como forma de aumentar a remuneração, como consta em projeto apresentado ao Senado. O Ministério da Fazenda, porém, é contrário à medida, uma vez que faz uso dos recursos do fundo para subsidiar a construção de moradias populares. Na mídia, o governo é que aparece, mas a conta depois é enviada para os trabalhadores. Já nos lucros dos bancos, ninguém “põe a mão”.